

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGENDA DE 2030

Migration and human rights: challenges and prospects for sustainable development in the 2030 Agenda

Luciani Coimbra de Carvalho¹

UFMS

Elisaide Trevisam²

UFMS

Maria Paula Zanchet de Camargo³

UFMS

DOI: <https://doi.org/10.62140/LCETMC1682024>

Sumário: 1. Migração e Direitos Humanos: Desafios Atuais. 2. Interseção entre Migração, Direitos Humanos e ODS da Agenda 2030. 3. Perspectivas Futuras e Desafios. 4. Conclusão. Bibliografia.

¹Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do mestrado acadêmico em direito da UFMS e do Doutorado em direito da USP no convênio DINTER USP/UFMS. Líder do Grupo de pesquisa no CNPq Direitos Fundamentais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Análise do Tráfico de Pessoas e Migrações na Fronteira de Mato Grosso do Sul - Fase 2. E-mail: luciani.carvalho@ufms.br

² Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com pesquisa intitulada "Educação para o desenvolvimento sustentável como direitos humanos e o papel do agronegócio para efetivação da Agenda 2030". Doutora em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direitos Humanos. Professora permanente e Coordenadora adjunta (2021-2024) no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Fundamentos filosóficos para o desenvolvimento sustentável como direitos humanos (FADIR/UFMS). Vice-Coordenadora do Observatório de Pesquisa, Extensão, Inovação na área de Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Acesso à Justiça (FADIR/UFMS). Membro da Rede de Pesquisadores sobre Educação para Agricultura Sustentável (REDE EAGRIS). Pesquisadora na área de Direitos Humanos, Filosofia do Direito e Desenvolvimento Sustentável. Membro do Projeto de Pesquisa Análise do Tráfico de Pessoas e Migrações na Fronteira de Mato Grosso do Sul - Fase 2. E-mail: elisaide.trevisam@ufms.br

³ Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Advogada. Membro do Projeto de Pesquisa Fundamentos filosóficos para o desenvolvimento sustentável como direitos humanos. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa: Relações Internacionais, Direito e Poder, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, com registro na plataforma de pesquisa do CNPq. Pesquisadora da Rede de Estudos em Relações Internacionais (REdRI). E-mail: maria_camargo@ufms.br

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo analisar os desafios da migração em relação aos direitos humanos e seu impacto no desenvolvimento sustentável, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A pesquisa destaca a complexidade e os desafios na interseção entre migração e direitos humanos, bem como a necessidade de políticas mais inclusivas e respeitosas aos direitos humanos. Essas políticas devem ser holísticas e colaborativas para garantir que os migrantes possam viver com dignidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável das sociedades. O estudo investiga os principais desafios nessa interseção e seu impacto no desenvolvimento sustentável conforme a Agenda 2030. Para atingir um resultado satisfatório, a metodologia adotada é qualitativa, com método dedutivo, utilizando pesquisa bibliográfica e documental para aprofundar a compreensão das interações complexas entre migração e direitos humanos. Conclui-se que é vital que governos, organizações internacionais, sociedade civil e outros atores trabalhem juntos para desenvolver e implementar políticas que respeitem plenamente os direitos humanos dos migrantes, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Migração; Direitos humanos; Desenvolvimento sustentável; Agenda 2030.

Abstract: This research aims to analyze the challenges of migration in relation to human rights and its impact on sustainable development, aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda. The research highlights the complexity and challenges at the intersection of migration and human rights, emphasizing the need for policies that are inclusive and respectful of human rights. These policies must be holistic and collaborative to ensure that migrants can live with dignity and contribute to the sustainable development of societies. The study investigates the main challenges at this intersection and their impact on sustainable development in line with the 2030 Agenda. To achieve a satisfactory result, the methodology adopted is qualitative, with a deductive approach, using bibliographical and documentary research to deepen the understanding of the complex interactions between migration and human rights. The conclusion is that it is vital for governments, international organizations, civil society, and other actors to work together to develop and implement policies that fully respect the human rights of migrants, promoting a more just, inclusive, and sustainable society.

Keywords: Migration; Humanrights; Sustainabledevelopment; Agenda 2030.

1. Migração e Direitos Humanos: Desafios Atuais

A migração, um fenômeno antigo e global, ganhou novos contornos nos últimos anos, impulsionada por crises econômicas, conflitos armados, perseguições políticas e mudanças climáticas. Esses movimentos populacionais colocam em evidência desafios complexos para a proteção dos direitos humanos. Migrantes frequentemente enfrentam discriminação, exploração e violações de direitos básicos, como acesso à saúde, educação e condições de trabalho dignas. A detenção e deportação arbitrária, assim como a separação

familiar, são práticas que violam acordos internacionais de direitos humanos e expõem a necessidade urgente de políticas migratórias mais humanas e inclusivas.

Os desafios atuais na interseção entre migração e direitos humanos também incluem a resposta aos fluxos migratórios em situações de emergência. Além disso, a retórica xenofóbica e políticas restritivas em diversas partes do mundo dificultam a integração e a proteção desses indivíduos. Portanto, é crucial que a comunidade internacional reforce seu compromisso com os princípios de dignidade, igualdade e justiça, promovendo soluções cooperativas que respeitem os direitos humanos dos migrantes e refugiados em todos os contextos.

As transformações associadas à modernidade, tanto em termos de extensão quanto de intensidade, são mais profundas do que a maioria das mudanças ocorridas em períodos anteriores. É inegável que a globalização, um fenômeno relativamente recente, intensificou esses desafios e demandas por uma abordagem mais humanitária e inclusiva, visto que para Santos (2009, p. 141) pela razão desta “não ser semelhante às ondas anteriores, nem mesmo uma continuação do que havia antes, exatamente porque as condições de sua realização mudaram radicalmente”.

Esse fenômeno esteve no centro dos eventos mais significativos que moldaram o cenário global nos últimos cem anos. O século XX começou com uma década marcada por migrações transatlânticas sem precedentes e terminou com um aumento nas migrações de países em desenvolvimento para os considerados de primeiro mundo, além das migrações de países do bloco oriental para o ocidente (Piffer; Teixeira, 2020, p. 61), resultando em desafios atuais na interseção entre migração e direitos humanos também envolvem a resposta aos fluxos migratórios em situações de emergência.

A discussão sobre as violações dos direitos humanos enfrentadas pelos migrantes revela um panorama alarmante de discriminação e injustiça. Muitos migrantes são alvo de preconceito racial, étnico e cultural nos países de destino, enfrentando barreiras significativas para sua integração. Esse tipo de discriminação pode se manifestar de diversas formas, desde a xenofobia cotidiana até a exclusão sistemática de oportunidades econômicas e sociais. Tal contexto não apenas marginaliza os migrantes, mas também agrava a vulnerabilidade dessas populações, dificultando seu acesso a uma vida digna e segura.

Os migrantes, particularmente no Brasil, enfrentam diversas dificuldades que dificultam sua inclusão social e econômica. Barreiras de idioma, reconhecimento limitado de

habilidades e diplomas, e falta de sensibilização das empresas para contratar refugiados são desafios significativos. Muitos acabam trabalhando na informalidade ou recorrendo a estratégias de sobrevivência extrema. Além disso, o acesso restrito a serviços financeiros e a falta de apoio para empreender agravam ainda mais a situação, gerando dependência de programas de assistência.

A maior preocupação dos refugiados no Brasil é a geração de renda, dificultada pelas barreiras linguísticas e pela falta de reconhecimento de suas habilidades e diplomas. Muitos acabam trabalhando na informalidade ou recorrendo a meios extremos de sobrevivência. Poucas empresas estão dispostas a contratá-los, e frequentemente sua documentação não é aceita como válida. Além disso, o acesso restrito a serviços financeiros e a falta de apoio ao empreendedorismo aumentam a dependência dos programas de assistência (UNHCR ACNUR, 2021).

A insegurança e a violência são grandes preocupações para os refugiados no Brasil, com um terço relatando violência familiar. Muitas moradias estão em áreas marginalizadas e com alta criminalidade, aumentando os riscos. Há muitos casos de violência de gênero, agravados pelo desemprego e pelo consumo de álcool e drogas. Maus-tratos a crianças aumentam devido ao estresse causado pela falta de renda, resultando em danos físicos, traumas, baixa autoestima e problemas de saúde sexual e reprodutiva (UNHCR ACNUR, 2021).

Além disso, muitos refugiados no Brasil relatam que a renda não é suficiente para pagar o aluguel, resultando em dificuldades para encontrar moradia adequada. Alguns acabam vivendo nas ruas ou em ocupações sem acesso a água ou eletricidade. As condições de habitação são frequentemente precárias, com superlotação e alto risco de despejo. Isso expõe os refugiados a riscos de saúde devido à falta de saneamento básico, insegurança alimentar, desnutrição, violência, abuso sexual, falta de privacidade e impacto negativo na saúde mental e autoestima (UNHCR ACNUR, 2021).

O acesso à saúde é um desafio significativo para os refugiados, que enfrentam obstáculos práticos e dificuldades para obter medicamentos. Muitos não conseguem pagar tratamentos, especialmente de saúde mental, e alguns centros de saúde carecem de medicamentos essenciais, incluindo os para HIV. A falta de informações impede o acesso a serviços especializados, como saúde sexual e reprodutiva. Além disso, a barreira linguística dificulta a comunicação nos centros de saúde, e há uma percepção de que os brasileiros recebem atendimento médico melhor que os venezuelanos (UNHCR ACNUR, 2021).

O acesso à educação para refugiados enfrenta vários desafios, como a redução no número de crianças matriculadas e a falta de recursos para material escolar e conectividade, especialmente durante o ensino a distância. Há também falta de informações sobre vagas disponíveis e procedimentos para matrícula. A insuficiência de cursos de português dificulta tanto o ingresso no sistema educacional quanto o acompanhamento curricular. Problemas como o idioma, xenofobia, racismo e bullying contribuem para a evasão escolar (UNHCR ACNUR, 2021).

A exploração laboral é outra grave violação de direitos que afeta os migrantes, frequentemente empregados em condições de trabalho precárias e insalubres. Muitos deles são submetidos a longas jornadas de trabalho, baixos salários e falta de proteção legal, tornando-se presas fáceis de empregadores inescrupulosos. Em alguns casos, os migrantes são vítimas de tráfico humano e trabalhos forçados, situações que configuram sérias violações de direitos humanos. A ausência de documentos legais e o medo de deportação muitas vezes impedem que esses trabalhadores denunciem abusos, perpetuando um ciclo de exploração e impunidade.

Dessa forma, em muitos países, políticas restritivas e a ausência de políticas inclusivas dificultam o acesso dos migrantes a esses serviços essenciais. Sem cuidados de saúde adequados, os migrantes correm riscos maiores de doenças e complicações médicas. A educação, um direito crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional, muitas vezes é negada, afetando não apenas os adultos, mas também as crianças migrantes. A garantia de moradia digna é outra área crítica, com muitos migrantes vivendo em condições de superlotação e insalubridade. Essas barreiras sistemáticas destacam a necessidade urgente de reformar políticas públicas para garantir que os direitos humanos dos migrantes sejam respeitados e protegidos.

2. Interseção entre Migração, Direitos Humanos e ODS da Agenda 2030

A migração é um fenômeno complexo que afeta significativamente os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável globalmente. Os migrantes, muitas vezes forçados a deixar seus países devido a conflitos, perseguições, desastres naturais e pobreza extrema, enfrentam dificuldades adicionais devido à falta de cooperação internacional e de marcos legais sólidos para a proteção de seus direitos.

Consequentemente, a interseção entre migração, direitos humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 é um tema complexo e multifacetado que reflete as interdependências globais e os desafios contemporâneos. A migração, um fenômeno antigo e natural na história humana, tornou-se uma questão central nas discussões sobre direitos humanos devido às condições muitas vezes adversas enfrentadas pelos migrantes. A Agenda 2030 da ONU, com seus 17 ODS, reconhece a importância de abordar a migração de forma integrada e humanitária, promovendo a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de sua origem.

O ODS 10, que visa reduzir a desigualdade dentro e entre os países, é particularmente relevante no contexto da migração. Este objetivo reconhece a necessidade de políticas que promovam a migração segura, regular e responsável. A inclusão de metas específicas sobre migração demonstra o reconhecimento global de que os migrantes desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social, tanto nos países de origem quanto nos de destino (ONU Brasil, 2015). A integração dos direitos dos migrantes dentro dos ODS é um passo vital para garantir que esses indivíduos sejam tratados com dignidade e respeito, e que suas contribuições sejam valorizadas.

A integração dos direitos dos migrantes dentro dos ODS é um passo vital para garantir que esses indivíduos sejam tratados com dignidade e respeito, e que suas contribuições sejam valorizadas. Nesse contexto, o Pacto Global para a Migração reforça esses princípios, oferecendo um quadro para melhorar a governança da migração e fortalecer a cooperação internacional em prol do desenvolvimento sustentável. O Pacto Global para a Migração é um marco histórico, sendo o primeiro acordo intergovernamental negociado sob a orientação das Nações Unidas que aborda de maneira holística e abrangente todas as dimensões da migração internacional (ONU Migração, s.d.).

Este documento, embora não vinculativo, respeita o direito soberano dos Estados de controlar quem entra e permanece em seus territórios, ao mesmo tempo em que demonstra um forte compromisso com a cooperação internacional em questões migratórias. O Pacto oferece uma oportunidade significativa para melhorar a governança da migração, enfrentar os desafios associados às migrações contemporâneas e reforçar as contribuições dos migrantes para o desenvolvimento sustentável global (ONU Migração, s.d.).

Enquadrado de forma consistente com a meta 10.7 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Pacto Global para a Migração sublinha o compromisso dos Estados Membros de colaborar internacionalmente para facilitar uma migração segura,

ordenada e regular. Esta meta específica da Agenda 2030 destaca a importância de políticas migratórias bem geridas que promovam a inclusão social, econômica e política dos migrantes, assegurando que suas contribuições sejam reconhecidas e valorizadas. Ao promover a cooperação internacional e a responsabilidade compartilhada, o Pacto Global para a Migração busca criar um quadro comum que beneficie tanto os migrantes quanto os países de origem, trânsito e destino, contribuindo assim para um desenvolvimento global mais equitativo e sustentável (ONU Migração, s.d.).

Apesar do Pacto Global para a Migração representar um avanço significativo na cooperação internacional e na governança da migração, sua implementação enfrenta diversas dificuldades que podem comprometer o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. O caráter não vinculativo do Pacto significa que sua adoção e execução dependem da vontade política e dos recursos disponíveis em cada país, o que pode resultar em compromissos desiguais e na implementação inconsistente das suas diretrizes. Além disso, a crescente onda de xenofobia e nacionalismo em várias partes do mundo desafia a aplicação efetiva das políticas migratórias inclusivas promovidas pelo Pacto. A falta de infraestrutura adequada e a resistência política em muitos países dificultam a criação de condições que permitam a migração segura, ordenada e regular, essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas barreiras evidenciam a necessidade de esforços contínuos e coordenados para superar os obstáculos e garantir que o potencial positivo da migração para o desenvolvimento sustentável seja plenamente realizado.

A interseção com os direitos humanos é evidente quando se considera as condições em que muitos migrantes vivem e trabalham. Violações de direitos humanos, como exploração laboral, discriminação e acesso limitado a serviços básicos, são desafios frequentes enfrentados por migrantes em diversos países. A Agenda 2030 enfatiza a necessidade de proteger os direitos humanos de todos, incluindo migrantes, garantindo acesso à educação, saúde e oportunidades econômicas. Isso exige uma abordagem colaborativa entre governos, organizações internacionais e a sociedade civil para implementar políticas eficazes e inclusivas.

Por fim, a interseção entre migração, direitos humanos e os ODS da Agenda 2030 reflete a necessidade de uma abordagem holística e integradora. A migração não deve ser vista apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade para o desenvolvimento humano e a cooperação internacional. Proteger os direitos humanos dos migrantes e promover sua inclusão nos esforços de desenvolvimento é crucial para construir

sociedades mais justas, equitativas e resilientes. A implementação efetiva da Agenda 2030 exige o reconhecimento das contribuições dos migrantes e a criação de um ambiente onde todos possam prosperar.

3. Perspectivas Futuras e Desafios

Enfatizando-se a necessidade de uma abordagem integrada que enfrente os desafios da migração, fortalecendo leis e políticas de migração que protejam os direitos dos migrantes e promovam sua inclusão social e integração cultural, salienta-se que esta abordagem deve combater a discriminação e respeitar a diversidade, sendo essencial para garantir a dignidade dos migrantes e alcançar os ODS da Agenda 2030.

As perspectivas futuras e desafios para o desenvolvimento sustentável estão intrinsicamente ligadas à migração e aos direitos humanos. A migração continuará a desempenhar um papel crucial na configuração dos padrões demográficos globais, e é essencial que os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) levem em consideração as necessidades e contribuições dos migrantes. Isso requer políticas que promovam a inclusão social, econômica e cultural dos migrantes, bem como a proteção de seus direitos humanos, independentemente de seu status legal.

No entanto, os desafios persistem, com questões como a xenofobia, a discriminação e a falta de acesso a serviços básicos ainda representando obstáculos significativos para os migrantes em muitas partes do mundo. Além disso, os impactos das mudanças climáticas e dos conflitos continuam a impulsionar movimentos populacionais em larga escala, exacerbando os desafios existentes relacionados à migração. Portanto, abordar essas questões exigirá uma abordagem global e coordenada, com políticas que promovam a proteção dos direitos humanos dos migrantes e garanta sua inclusão e dignidade em todas as etapas de sua jornada migratória.

Dessa forma, o Relatório Mundial sobre Migração de 2024 destaca as tendências mais recentes e os desafios globais relacionados à mobilidade humana. O relatório sublinha que a migração internacional continua a ser um motor essencial para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico. Esse fato é evidenciado pelo aumento de mais de 650% nas remessas internacionais de 2000 a 2022, que passaram de 128 bilhões para 831 bilhões de dólares. Este crescimento persistiu apesar das previsões de muitos analistas de uma queda substancial nas remessas devido à pandemia de COVID-19 (ONU Migração, 2024).

Dos 831 bilhões de dólares em remessas, 647 bilhões foram enviados por migrantes a países de baixa e média renda. Essas remessas podem representar uma parte significativa do PIB desses países e, globalmente, superaram o investimento estrangeiro direto nessas regiões. O relatório também destaca que, embora a migração internacional continue a impulsionar o desenvolvimento humano, os desafios permanecem. Com aproximadamente 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, o número de pessoas deslocadas devido a conflitos, violência, desastres e outros motivos atingiu níveis recordes, chegando a 117 milhões de pessoas. Isso ressalta a urgência de abordar a crise de deslocamento (ONU Migração, 2024).

A migração, uma parte intrínseca da história humana, é frequentemente obscurecida por narrativas sensacionalistas. No entanto, a realidade é muito mais complexa do que as manchetes sugerem. A maior parte da migração é regular, segura e centrada em oportunidades e meios de subsistência regionais. Apesar disso, a desinformação e a politização do tema têm distorcido o discurso público, tornando essencial uma descrição clara e precisa das dinâmicas da migração (ONU Migração, 2024).

A erradicação da pobreza, desigualdade, trabalho escravo e outras dificuldades enfrentadas por migrantes é essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Migrantes muitas vezes fogem de condições de extrema pobreza e desigualdade em busca de melhores oportunidades, mas frequentemente enfrentam barreiras significativas em suas novas localidades. Essas barreiras incluem discriminação, exploração laboral e falta de acesso a serviços básicos. Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades são fundamentais para garantir que os migrantes possam contribuir plenamente para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades de acolhimento, promovendo assim uma inclusão mais ampla e sustentável.

À medida que nos esforçamos para alcançar os objetivos da Agenda 2030, é fundamental reconhecer a interconexão entre migração, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Isso requer uma abordagem holística que leve em consideração não apenas as necessidades imediatas dos migrantes, mas também as causas subjacentes de sua mobilidade, incluindo desigualdades econômicas, instabilidade política e mudanças climáticas. Somente através da cooperação internacional e do compromisso com os princípios fundamentais dos direitos humanos podemos garantir um futuro sustentável e inclusivo para todos, independentemente de sua origem ou status migratório.

4. Conclusão

A migração e os direitos humanos são temas intrinsecamente ligados e de importância crucial para o desenvolvimento sustentável delineado na Agenda 2030. A migração, um fenômeno histórico e constante, continua a moldar sociedades ao redor do mundo, apresentando tanto desafios quanto oportunidades. No entanto, a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requer uma abordagem inclusiva que considere os direitos e necessidades dos migrantes.

Os migrantes enfrentam uma variedade de desafios complexos, incluindo discriminação, xenofobia, exploração laboral e falta de acesso a serviços básicos. Para superar esses obstáculos, é crucial implementar políticas que promovam a inclusão social, igualdade de oportunidades e proteção dos direitos humanos. Passos essenciais incluem a erradicação da pobreza e da desigualdade, o combate ao trabalho escravo e à exploração laboral, além de garantir acesso à educação, saúde e moradia digna. Essas medidas são fundamentais para assegurar que os migrantes vivam com dignidade e contribuam positivamente para as sociedades que os acolhem.

Além disso, é crucial reconhecer a importância dos migrantes no desenvolvimento econômico e social global. As remessas enviadas por eles representam uma fonte significativa de renda para muitos países de baixa e média renda, ajudando a diminuir a pobreza e a promover o desenvolvimento local. Para maximizar esses benefícios e garantir que os migrantes tenham plenos direitos, é necessário implementar políticas que promovam uma migração segura, ordenada e regular, conforme previsto no ODS 10.7.

O compromisso com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável deve ser fortalecido através de colaborações internacionais e locais, envolvendo governos, organizações da sociedade civil, setor privado e as próprias comunidades de migrantes. Apenas com esforços coordenados e sustentados podemos enfrentar os desafios da migração e transformar as perspectivas de desenvolvimento sustentável em realidades concretas.

Em suma, para que a Agenda 2030 seja plenamente concretizada, é imprescindível que os direitos dos migrantes sejam respeitados e promovidos. A migração deve ser vista não apenas como uma realidade inevitável, mas como uma oportunidade de enriquecimento mútuo e crescimento global. Ao colocar os direitos humanos no centro das políticas e

práticas migratórias, estamos pavimentando o caminho para um futuro mais justo, inclusivo e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ONU BRASIL. *Agenda 2030*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

ONU MIGRAÇÃO. *Pacto Global para Migração*. S.d. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ONU MIGRAÇÃO. *Relatório Mundial sobre Migração de 2024 revela as últimas tendências e desafios mundiais para a mobilidade humana*. 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-de-2024-revela-ultimas-tendencias-e-desafios-mundiais-para-mobilidade-humana#:~:text=Relat%C3%B3rio%20Mundial%20sobre%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20de%202024%20revela%20as%20%C3%BAltimas%20tend%C3%Aancias,d%C3%B3s%20entre%202000%20e%202022>. Acesso em: 05 jun. 2024.

PIFFER, Carla. TEIXEIRA, Alessandra Vanessa. *Migrações e sustentabilidade: uma análise sob a ótica dos direitos humanos*. X Encontro Internacional do Conpedi. 2020. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/150a22r2/g7m9n92m/IU90v3F3aSSepW79.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

UNHCR ACNUR. *Entenda os principais desafios das pessoas refugiadas no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/11/18/entenda-os-principais-desafios-das-pessoas-refugiadas-no-brasil/>. Acesso em: 04 jun. 2024.